

Uma exigência do momento que vivemos: deliberar e agir

José Francisco de Lima
Gonçalves *

A singularidade do momento que o Brasil vive exige reflexão e atitudes, nesta ordem. Os gestos irrefletidos podem ser mais malsinados do que aqueles que decorrem de uma reflexão escondida pelo medo, pela impotência ou pelo oportunismo. Os primeiros têm sido condenados com aparente benevolência pela História; os outros carregam em si o aparente paradoxo de uma vitória que aniquila os dois times, fura a bola e leva a torcida, desesperada, a abandonar o estádio.

Nem a História é tão benevolente, nem o fim do jogo de que nos aproximamos é um falso paradoxo. Haja vista a tragédia que cedo ou tarde se abate sobre os fanáticos, haja vista as dificuldades brutais com que o Brasil se defronta hoje. E que vêm de algum tempo. Reconhecer este fato não é responsabilizar o passado, mas é necessário para que possamos olhar para a frente.

Assim como as ditaduras não eliminam as diferenças e tensões sociais, as democracias não são, de per si, sinônimo de prosperidade e concórdia. A superioridade moral, ética e histórica da democracia é que ela se baseia, como causa e consequência, naquilo que as ditaduras tentam abolir: a cidadania. E, na presente quadra, antes de defender a cidadania, cabe a nós, ainda, construí-la.

A construção da cidadania não é obra de uns poucos, por mais esclarecidos e poderosos que sejam. Não é também tarefa que se cumpra em pouco tempo. Há dois anos perguntei a um colega economista, especialista em investimentos pesados e em infra-estrutura, de quanto tempo ele achava que o País precisaria para se acertar se tudo desse certo.

Isto é, se a gestão do País fosse reduzida ao tempo necessário à recuperação da agricultura, à maturação dos investimentos, à obtenção de resultados com uma radical mudança no processo educacional e na geração e absorção de tecnologia moderna.

Em suma, se não houvesse restrição na disponibilidade de recursos financeiros, se houvesse estabilidade econômica, se não houvesse divergências políticas, se todos os que podem pagassem impostos, se tudo fosse um exercício acadêmico no qual é possível isolar variáveis... A resposta, 15 a 20 anos, reconheço, levou-me ao desânimo. E nem falávamos de cidadania, apenas de um de seus requisitos, qual seja o de o País se acertar.

O País se acertar; vaga expressão sob a qual entendo uma economia capaz de prover ao povo as condições materiais para o desenvolvimento de suas potencialidades e que, ao mesmo tempo, depende de o próprio povo desenvolvê-las.

Se a eterna deliberação é o alibi da inércia, vamos à deliberação datada, comprometida com o momento e com o futuro. Não com qualquer futuro, mas com um futuro identificado com as necessidades da cidadania, com a satisfação dos interesses básicos da população, com o encaminhamento da superação de conflitos nos quadros da democracia, com o recurso à ciência, à excelência técnica, à convivência dos diversos.

Meu apoio ao Instituto Brasil deve-se à compreensão de que, afinal, não éramos tão poucos isolados sob o título de "equipe econômica". Éramos mais numerosos e ainda o somos. Numerosos indivíduos de diversas extrações teóricas, vinculações políticas e ocupações profissionais. Aquela "equipe econômica" tem parceiros. Indivíduos que criaram uma instituição que pretende deliberar e agir ao lado de outras entidades públicas e privadas na busca de soluções para a crise brasileira. Não a crise entendida como as vicissitudes do curto prazo, os cenários de conjuntura. A crise entendida como o virtual colapso da capacidade das elites brasileiras de encontrar a saída do beco em que dez anos de estagnação nos encurralaram.

* Economista e professor da USP, foi assessor do Ministério da Economia.